



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto Nº 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Itanamara Guedes Cavalcante

Cargo efetivo: Assistente Social

Cargo comissionado: Diretora do Departamento de Condicionais

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Serviço Social

Instituição: UFS

Conclusão: 2006

Curso: Mestrado em Serviço Social

Instituição: UFPE

Conclusão: 2010

Currículo no Lattes (link):

<http://lattes.cnpq.br/1418214804942691><http://lattes.cnpq.br/1418214804942691>

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE

Cargo: Assistente Social

Período: 2008

Descrição: Atividades na área de formulação, execução e controle social da política de Assistência Social

Empresa/Órgão:

Cargo:

Período:

Descrição:

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

☐ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☒ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☐ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☒ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.